

*METANOR S.A.-
Metanol do Nordeste*

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios
Findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Metanor S.A. – Metanol do Nordeste
Camaçari - BA

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Metanor S.A. – Metanol do Nordeste (“Companhia”), Companhia e Consolidado, levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e sua controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metanor S.A. – Metanol do Nordeste, Companhia e Consolidado, em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008, a controlada Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste (“Copenor”) possui saldo líquido de ICMS a recuperar no montante de R\$ 7.253 mil (R\$ 6.603 mil em 2007) registrado no ativo não circulante. A administração da Companhia está discutindo com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda do Estado de São Paulo a adoção de medidas para viabilizar alternativas para recuperação do referido crédito. A realização desse crédito depende do sucesso dessas negociações que atualmente encontram-se em andamento.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 18 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e sua controlada Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, interpuseram recursos contra decisões dos Tribunais Regionais que acataram ações rescisórias impetradas pela União visando rescindir ação transitada em julgado favorável à Companhia, autorizando-a ao não recolhimento da contribuição social sobre o lucro. A administração das Companhias, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, espera êxito no seu pleito e optou por não efetuar qualquer provisionamento para essa contingência estimada, em aproximadamente R\$ 4.522 mil (R\$ 4.440 mil em 2007) na Companhia e R\$ 8.334 mil (R\$ 7.940 mil em 2007) no Consolidado, atualizada monetariamente pela UFIR até 31 de dezembro de 1995, mas sem a incidência de juros e multa.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008, a controlada Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, possui ativos líquidos de depreciação no montante de R\$ 43.580 mil, (R\$ 39.385 mil, líquido de provisão para realização), referente a terreno, máquinas, equipamentos, edificações e ativo diferido das plantas de monopentaeritritol e ácido fórmico (unidade Sorocaba-SP) cujas operações encontram-se paralisadas desde 2001 e 2005, respectivamente, e, acetaldeído e formaldeído (unidade Sorocaba-SP) e pentaeritritol e monopentaeritritol (unidade Camaçari – BA) paralisadas desde abril de 2007. Os ativos dessas plantas se encontram hibernadas, em condições de uso nos negócios da Companhia ou de terceiros e a recuperação do valor líquido contábil dos ativos relacionados a essas plantas, incluídos no balanço patrimonial consolidado e como investimento no balanço patrimonial da Controladora, depende do sucesso das ações da administração da controlada, visando viabilizar a realização desses ativos.

Salvador, 23 de janeiro de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC- 2SP 011.609/O-8 “F” BA

Ruti Amaral Ramos
Contadora
CRC - 1RJ Nº 048.044/O-8 “T”BA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 CONTROLADORA – METANOR S.A. – METANOL DO NORDESTE

A Metanor - Metanol do Nordeste S.A. (Metanor) foi fundada em 1969 e iniciou a produção de metanol em Camaçari em 1976. Com o objetivo de substituir a importação de alguns derivados do metanol, foi criada em 1979 a Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste (Copenor).

O controle acionário da Metanor é compartilhado pela Petroquisa e pelo Grupo Peixoto de Castro, ambos com metade das ações ordinárias da empresa. A Metanor é controladora da Copenor com 100% das ações ordinárias.

Em novembro de 2004, a Metanor transferiu integralmente suas operações para a Copenor, permanecendo apenas como empresa *holding*.

O metanol e seus derivados são importantes matérias-primas ou insumos para os seguintes segmentos: chapas acrílicas, indústria têxtil, papel e celulose, aditivo na gasolina, biodiesel, herbicidas para a cultura de soja transgênica, resinas de tintas e vernizes, resinas para madeira, lonas e pastilhas de freios, embreagens, produtos de borracha e indústria de couro.

1.2. CONTROLADA – COPENOR – COMPANHIA PETROQUÍMICA DO NORDESTE

Com *sites* industriais no Pólo Petroquímico de Camaçari - BA e em Sorocaba - SP, a controlada Copenor produz metanol, formaldeído, pentaeritritol, hexametilenotetramina e formiato de sódio no *site* de Camaçari, formaldeído e acetaldeído no *site* de Sorocaba. Em Sorocaba, a produção de monopentaeritritol foi interrompida em março de 2001, e a de ácido fórmico em abril de 2005, quando a Copenor passou a importar e revender este produto.

Em abril de 2007, a Copenor interrompeu a produção de acetaldeído e formaldeído em Sorocaba (SP) e paralisou temporariamente a produção da planta de pentaeritritol em Camaçari (BA).

A controlada Copenor, de acordo com laudo técnico de avaliação patrimonial, emitido por empresa especializada, para adequação do valor contábil ao valor provável de realização dos ativos do site de Sorocaba, constituiu provisão para perda na realização de ativos do *site* de Sorocaba-SP, no valor de R\$ 10.488 em 31/12/2007.

1.2.1 SUBSIDIÁRIA – LOGIPAL TRADE S.A.

Com a finalidade de prover aos clientes da Copenor, situados no Brasil, uma alternativa na aquisição de produtos com uma política de preços diferenciada, a partir de abril de 2008 foi legalmente firmado o processo de revenda dos produtos, ácido fórmico e formiato de sódio através de sua subsidiária, Logipal Trade S.A..

A Logipal Trade S.A. é uma empresa legalmente constituída na Zona Franca, situada na cidade de Montevideo no Uruguai, tendo suas operações estruturadas em compras internacionais (ex-Brasil) para vendas no Brasil.

A Logipal Trade S.A. não tem capacidade produtiva, sendo suas operações comerciais baseadas em vendas de produtos, comprados junto a parceiros internacionais e revendidos no Brasil. Essas operações de revenda passaram a ser contempladas nos registros contábeis da Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste (Consolidado), a partir de abril de 2008.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO.

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638 e em 03 de dezembro de 2008 foi emitida a Medida Provisória nº 449, as quais alteram, revogam e introduzem novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404 de 1976. Adicionalmente, durante o ano de 2008, foram editados 13 pronunciamentos técnicos e uma orientação técnica pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As referidas legislações e normas contábeis estabelecem diversas alterações sobre a elaboração das demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade. As alterações introduzidas pelas legislações e normas mencionadas têm aplicação a partir de 2008 e as alterações que impactaram nas demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo relacionadas:

- (a) substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa de acordo com a Deliberação CVM nº547 de 13 de agosto de 2008 que aprova o CPC nº03 “Demonstração dos Fluxos de Caixa” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. De forma a manter a comparabilidade, a Companhia está apresentando a demonstração dos fluxos de caixa, controladora e consolidado, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.
- (b) obrigatoriedade de elaboração da demonstração do valor adicionado de acordo com a Deliberação CVM nº 557 que aprova o CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado” emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. De forma a manter a comparabilidade, a Companhia está apresentando a demonstração do valor adicionado, controladora e consolidado, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.
- (c) obrigatoriedade de avaliação do grau de recuperação de ativos;

- (d) eliminação da apresentação do resultado não operacional como parte integrante das Demonstrações do Resultado do Exercício. Itens que anteriormente eram registrados como resultado não operacional passam a ser registrados como outras receitas e despesas;
- (e) criação do grupo de intangível;
- (f) Revogação da possibilidade de registro das subvenções diretamente em conta de Reserva de Capital, no Patrimônio Líquido. A Companhia e sua controlada adotam essa nova prática para o exercício findo em 2008, e registrou a parcela do incentivo fiscal de imposto de renda diretamente ao resultado, consolidado, conforme item 34 do Pronunciamento Técnico nº 13 – “Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08” e do Pronunciamento Técnico nº 7 “Subvenção e assistência governamentais” do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC; e
- (g) registro do ajuste de avaliação patrimonial decorrente da perda(ganho) cambial no investimento em controlada no exterior.

As alterações acima mencionadas tiveram impacto no patrimônio líquido da Companhia no montante de R\$ 167 e o resultado do exercício consolidado foi afetado pela contabilização do incentivo fiscal de redução do imposto de renda no montante de R\$ 251.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de melhor apresentação e manutenção da uniformidade na comparabilidade. A comparação entre os saldos apresentados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007 e os saldos reclassificados para fins de comparabilidade estão demonstrados a seguir:

- Eliminação da rubrica de despesas(receitas) não operacionais, transferindo o saldo da conta para o grupo de Outras receitas(despesas) operacionais, R\$ 10.608.
- Reclassificação dos saldos de software e marcas e patentes do imobilizado para intangível, no montante de R\$ 1.122.

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, estão sendo apresentadas de forma consolidada de acordo com as práticas contábeis adotadas por órgãos regulamentadores, e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, bem como os efeitos das operações comerciais da Logipal Trade S.A.. A controladora, Metanor possui uma participação direta em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 de 98,44% do capital social da Copenor.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia, descritas na nota explicativa nº 3, foram aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos Principais Procedimentos de Consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as companhias consolidadas;
- b. Eliminação da participação no capital, reservas e resultados da controlada;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as companhias.
- d. Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não há diferenças na conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido da Companhia com o consolidado para 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, como definido pela Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, disposições da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07, pela Medida Provisória nº 449/08 acima comentada e consoante as seguintes principais práticas contábeis:

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita de venda do produto é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador.

b. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a estimativa de vida útil dos bens do imobilizado durante o curso normal das operações, bem como premissas para a recuperação do valor residual do imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo para sua determinação. A administração da Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente e entende que não haverá divergências materiais quando da realização dessas estimativas.

c. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

d. Disponibilidades

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão avaliadas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A administração da Companhia, baseada em uma análise individual, avalia as perdas estimadas com créditos cuja recuperação é considerada improvável. A provisão constituída foi considerada suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f. Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção que não excede o valor de mercado.

Os custos dos estoques incluem gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui parte dos gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

Os estoques de peças para reposição estão avaliados ao custo de aquisição, ajustado pela provisão para perda por obsolescência, quando aplicável.

g. Investimentos

O investimento na controlada foi avaliado pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos foram avaliados pelo custo e, quando aplicável, reduzido para o valor provável de realização. O investimento em controlada no exterior foi convertido para reais com base nas taxas de câmbio na data do encerramento do exercício e adaptadas às práticas contábeis adotadas no Brasil. A perda ou ganho cambial registrado com o investimento no exterior foi registrado diretamente no patrimônio líquido.

h. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 9.

O valor contábil dos ativos é ajustado para seu valor recuperável, sempre que os eventos ou circunstâncias indicarem que seu valor contábil não pode ser recuperável.

Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta “Outras (despesas) receitas operacionais – líquidas”.

i. Diferido

Refere-se a gastos incorridos com projetos e organização durante a fase pré-operacional, sendo amortizado no prazo de dez anos a partir do momento em que os benefícios dos projetos ao qual estão relacionados começam a ser gerados.

j. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

k. Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

l. Provisão para contingências

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits ou superávits do plano são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 371, que aprovou a NPC 26 do IBRACON - “Contabilização de Benefícios a Empregados”. Ver nota explicativa nº 21.

n. Imposto de renda

O imposto sobre a renda é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10%, com base no resultado do exercício, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal.

Para se apurar a alíquota efetiva do imposto de renda deve ser considerada a compensação de prejuízos fiscais, adições e exclusões temporárias/permanentes à base tributável no exercício.

A parcela correspondente aos incentivos na controlada Copenor foi reconhecida, até 31 de dezembro de 2007, em uma reserva de capital no patrimônio líquido que pode ser usada para aumentar o capital social ou absorver prejuízos acumulados. Com a promulgação da Lei 11.638/07 vigente a partir de 1º de janeiro de 2008 e conforme Instrução CVM nº 469 de 2 de maio de 2008, este incentivo passou a ser reconhecido no resultado do exercício, diretamente na rubrica de imposto de renda. Ao final de cada exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no exercício será destinada da rubrica de lucros acumulados para a conta de reserva de lucros - incentivos fiscais.

4. DISPONIBILIDADES

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Caixa e bancos	434	529	2.541	2.436
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	-	2.903	16.593
Total	<u>434</u>	<u>529</u>	<u>5.444</u>	<u>19.029</u>

As aplicações financeiras são representadas por aplicações de renda fixa, cujo rendimento tem correspondido a aproximadamente 100% a 101% da variação dos Certificados de Depósito Interbancários - CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Clientes nacionais	-	-	7.043	14.445
Clientes no exterior	-	-	211	701
Empresas ligadas	966	966	4.380	488
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	(232)	(284)
Total	<u>966</u>	<u>966</u>	<u>11.402</u>	<u>15.350</u>

	31/12/2008
Aging list consolidado de clientes	
A vencer	10.044
Vencidas 0-30 dias	235
Vencidas 31-60 dias	435
Vencidas 61-90 dias	54
Vencidas há mais de 90 dias	634
Total	<u>11.402</u>

Ajuste a valor presente

A Companhia em 31 de dezembro de 2008 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

6. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Produtos acabados	15.609	8.465
Matérias primas e embalagens	3.293	1.242
Almoxarifado de manutenção e reposição	4.227	4.075
Provisão para perda nos estoques	(827)	(827)
Total	<u>22.302</u>	<u>12.955</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
<u>Circulante</u>				
ICMS a recuperar operações - Camaçari	55	55	157	157
Impostos federais	808	811	4.241	3.705
Impostos a recuperar – ICMS sobre imobilizado	63	63	216	205
Total	<u>926</u>	<u>929</u>	<u>4.614</u>	<u>4.067</u>
<u>Ativo não circulante</u>				
ICMS a recuperar operações – São Paulo	-	-	7.253	6.603
Impostos a recuperar – ICMS sobre imobilizado	-	-	-	104
Finsocial e outros impostos a recuperar	254	254	602	634
Total	<u>254</u>	<u>254</u>	<u>7.855</u>	<u>7.341</u>

O ICMS a recuperar do Estado de São Paulo no valor de R\$ 7.253, em 31 de dezembro de 2008, (R\$ 6.603 em 31 de dezembro de 2007), refere-se a créditos acumulados na controlada Copenor pelas diferenças de alíquotas nas aquisições de matérias-primas (alíquota de 18%), enquanto que a maior parte das vendas foram realizadas para outras unidades da federação, principalmente para estados do nordeste, cuja alíquota é 7%, gerando desta forma créditos para a Copenor. A administração da controlada Copenor está aguardando decisão do processo administrativo, no qual solicitou a autorização para transferência desses créditos a terceiros, sob a forma de venda ou pagamento a fornecedores. A administração da Companhia entende que o referido crédito se realiza através de suas operações normais em aproximadamente seis anos.

8. INVESTIMENTOS

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Participação em controlada:				
Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste	78.362	74.970	-	-
Outros investimentos	285	285	931	931
Total	<u>78.647</u>	<u>75.255</u>	<u>931</u>	<u>931</u>

a) Informações sobre a controlada com base nas demonstrações financeiras auditadas pelos mesmos auditores da Companhia.

	Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste	
	31/12/2008	31/12/2007
Capital social	112.960	112.960
Patrimônio líquido	79.604	76.158
Lucro/Prejuízo do exercício	3.276	(10.787)
% de Participação acionária	98,44	98,44
Resultado de equivalência patrimonial do exercício	3.225	(10.618)
Valor do investimento	<u>78.362</u>	<u>74.970</u>

9. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada de depreciação ao ano (%)	Consolidado	
		31/12/2008	31/12/2007 (Reclassificado)
Edificações e benfeitorias	3	13.190	13.082
Máquinas e equipamentos	5	171.744	168.149
Móveis e utensílios	10	2.135	2.114
Veículos	20	213	124
Computadores e periféricos	20	3.940	3.742
Outros		105	105
Subtotal		191.327	187.316
(-) Depreciação acumulada		(115.627)	(108.353)
Saldo líquido dos itens sujeitos a depreciação		75.700	78.963
Terrenos		2.293	2.293
Almoxarifado		5.535	2.988
(-) Provisão para realização do imobilizado		(4.195)	(3.510)
Total		79.333	80.734

Do saldo remanescente do ativo imobilizado existente em 31 de dezembro de 2008 na controlada Copenor R\$ 43.580 (R\$ 39.385 de valor residual líquido de provisão para realização) refere-se a terreno, máquinas, equipamentos e edificações das plantas de monopentaeritritol e ácido fórmico (unidade Sorocaba-SP) cujas operações encontram-se paralisadas desde 2001 e 2005, respectivamente, e, acetaldeído e formaldeído (unidade Sorocaba-SP) e pentaeritritol e monopentaeritritol (unidade Camaçari – BA) paralisadas desde abril de 2007. Os ativos dessas plantas se encontram hibernadas, em condições de uso nos negócios da controlada Copenor ou de terceiros.

A Companhia e sua controlada possuem bens do ativo imobilizado dados em garantia de processos judiciais no montante de R\$ 21.005, Companhia e R\$ 5.271, Consolidado.

10. INTANGÍVEL

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Marcas e Patentes	163	163
Software	2.011	1.924
(-) Depreciação acumulada	(1.282)	(965)
Total	892	1.122

11. DIFERIDO

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Gastos de organização e pré-operação	34.219	34.048
(-) Provisão para perda	(14.017)	(14.702)
(-) Amortização acumulada	(14.098)	(13.351)
Total	<u>6.104</u>	<u>5.995</u>

A Administração da controlada Copenor decidiu constituir provisão para perda na realização ativo diferido no valor de R\$ 14.017 (2007, R\$ 14.702), referente à planta de monopentaeritritol, formaldeído, acetaldeído e ácido fórmico do site de Sorocaba-SP, bem como de pentaeritritol e monopentaeritritol no site de Camaçari-BA. A Companhia procedeu à análise do seu ativo diferido, e os valores que não puderam ser reclassificados para outro grupo de ativos, serão mantidos no ativo diferido até a sua completa amortização, conforme facultado pelo artigo 299-A da Lei nº 6.404/76, introduzido pela Medida Provisória nº 449.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
No país	3.269	6.336
No exterior	2.679	4.850
Empresas relacionadas	-	2.324
Total	<u>5.948</u>	<u>13.510</u>

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
<u>Moeda nacional:</u>		
Ativo fixo - O saldo devedor é acrescido de juros de 1,4% a.a. em operação de fiança, e de até 1,21% a.m. em Leasing Financeiro.	183	173
Ativo fixo - O saldo devedor é acrescido de juros variáveis de 3,40% a.a. até 7,45% a.a. mais variação de TJLP, existindo para um contrato a dedução de 5,0% a.a. a título de equalização.	8.541	2.650
Ativo fixo - O saldo devedor consiste de cesta de moedas acrescidas de juros variáveis de 2,90% a.a.	768	-
Fianças bancárias judiciais - Pagamento trimestral antecipado à razão de 2,45% a.a. a título de comissão de fiança.	75	-
Capital de giro – o saldo devedor é acrescido de CDI mais juros variáveis de 1,20% a.a até 4,03% a.a.	36.273	27.703
<u>Moeda estrangeira:</u>		
Financiamento de ativo fixo em dólares americanos junto a instituições financeiras, com taxa de juros 6% a.a. acima da libor semestral, liquidado em 2008.	-	6.524
Empréstimos em dólares americanos juntos a instituições financeiras, operação de Resolução 2770, com taxa de 5,5 a.a. até 5,73 a.a. calculadas sobre a moeda estrangeira, com cobertura por operação de swap, liquidado em 2008. O saldo devedor atual reflete operação de Financiamento de Importação (US\$ 149) à taxa de libor + 2,2% a.a..	353	7.543
Empréstimos de Capital de Giro em ienes junto a instituições financeiras (JPY 76.519). O saldo devedor é acrescido de juros com taxa de até 4% a.a, calculado sobre a moeda estrangeira. Este empréstimo está coberto por operação de swap, discriminado no item "b" abaixo.	1.974	9.344
	48.167	53.937
Parcelas classificadas no passivo circulante	24.228	30.040
Passivo não circulante	23.939	23.897

METANOR S.A. – Metanol do Nordeste

a. Cronograma de pagamentos

	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Ano de vencimento:		
2009	-	13.912
2010	16.371	8.011
2011	4.877	1.057
2012	2.572	917
2013	119	-
Total	<u>23.939</u>	<u>23.897</u>

b. Outras informações

Do total de empréstimos de capital de giro, existe contrato de swap para operações em ienes no montante de R\$ 1.974 em 31 de dezembro de 2008 (R\$ 9.344 em 31 de dezembro de 2007), conforme quadro abaixo:

<u>Taxa da Companhia (ao ano)</u>	<u>Taxa do Banco (ao ano)</u>	<u>Valor R\$</u>
CDI + 1,29%	JPY + 4%	<u>1.974</u>

c. Garantias

Os empréstimos de capital de giro, inclusive aqueles realizados em moeda estrangeira, da controlada Copenor, estão garantidos por aval da controladora Metanor S.A. – Metanol do Nordeste.

A controlada Copenor, em 31 de dezembro de 2008, possui cartas de fiança bancária dados como garantia de processos de execução fiscal/judicial, contratadas junto às instituições financeiras no valor de R\$ 16.188.

14. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

	Copenor		Petrobrás Química S/A		GPC Química S.A.		Total			
	Companhia		Consolidado		Consolidado		Consolidado		Companhia	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Ativo circulante										
Clientes	966	966	40	488	3.538	-	3.578	488	966	966
AFAC para controladas	4	4	-	-	-	-	-	-	4	4
Passivo circulante										
Fornecedores	-	-	-	40	-	2.284	-	2.324	-	-
Resultado										
Compras	-	-	766	-	43	4.364	809	4.364	-	-
Vendas (operações mercantis)	-	-	336	-	3.673	1.950	4.009	1.950	-	-
Despesas administrativas	-	-	863	848	-	-	863	848	-	-

As operações com partes relacionadas são realizadas em condições consideradas pela administração da Companhia como compatíveis com as de mercado nas datas em que são efetuadas, levam em consideração os volumes envolvidos.

Representam basicamente operações comerciais mantidas com empresas do grupo.

15. IMPOSTO DE RENDA

A seguir é apresentada uma conciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação da taxa de 25%.

	Companhia		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda	3.011	(10.291)	3.401	(10.349)
(-) Participações dos empregados				(110)
	-	-	-	
Lucro (prejuízo) contábil ajustado	3.011	(10.291)	3.401	(10.459)
Alíquota vigente	25%	25%	25%	25%
Alíquota combinada do imposto de renda	753	(2.573)	850	(2.615)
Despesas não dedutíveis:				
Adições permanentes	16	-	53	28
Adições temporárias	31	1	36	2.919
Exclusões permanentes				
Equivalência patrimonial	(806)	2.655	-	-
Receitas isentas de impostos	-	(64)	(15)	(347)
Outros	6	(5)	(25)	29
Compensação de prejuízos fiscais	-	(6)	(281)	(6)
Incentivo fiscal – redução			(251)	
Imposto de renda	-	8	367	8

A Companhia e a sua controlada decidiram por não constituir ativos fiscais diferidos sobre os prejuízos fiscais e as diferenças temporárias para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, por não haver segurança suficiente para sustentar sua realização.

A Companhia e sua controlada possuem os seguintes montantes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias, conforme demonstrado a seguir:

	Companhia		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
Prejuízos fiscais acumulados	128	100	62.980	63.987
Diferenças temporárias	1.598	1.473	22.799	22.710

A Companhia e sua controlada estão discutindo judicialmente a exigibilidade da contribuição social, conforme mencionado na nota explicativa nº 18.a).

A Companhia e sua controlada Copenor, gozam do benefício de redução de 25% e 12,5%, nos períodos compreendidos entre 01/01/2004 a 31/12/2008 e 01/01/2009 a 31/12/2013, respectivamente, e do benefício de isenção de 100% sobre a ampliação da capacidade instalada

de suas unidades produtivas, no período de 01/01/1998 a 31/12/2007, do imposto de renda devido e adicionais não restituíveis sobre o lucro da exploração proveniente das operações. Sobre a redução do formaldeído estabilizado a Companhia goza de redução de 75% pelo prazo de 9 anos compreendidos entre 2005 a 2013.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2, com a promulgação da Lei nº 11.638/07 e conforme Instrução CVM nº 469/08, a parcela correspondente ao incentivo de isenção/redução do imposto de renda passou a ser reconhecido no resultado do exercício no montante de R\$ 251. A parcela correspondente a este incentivo será transferida para a conta de reserva de lucros - incentivos fiscais no patrimônio líquido e não poderá ser distribuída aos acionistas.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 está representado (em milhares de ações) por 296.079 ações sem valor nominal, sendo 98.693 ordinárias, 87.596 preferenciais classe “A”, 9.819 preferenciais classe “B” e 99.971 preferenciais classe “C”, correspondendo a um capital integralizado de R\$ 67.425.

As ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C” não têm direito a voto, tendo, entretanto, os seguintes direitos: a) prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão da parcela do capital social correspondente a cada uma dessas classes de ações pela quantidade das ações representativas de cada classe; b) prioridade no reembolso do capital até o seu valor patrimonial, nos casos de liquidação da Companhia; c) participação em igualdade de condições com as ações ordinárias, nos aumentos de capital decorrentes de correção monetária e da incorporação de fundos ou lucros; e d) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de reservas disponíveis e lucros suspensos, depois de assegurado igualmente às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano, pago às preferenciais.

b) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social ou quando o saldo desta reserva somado ao montante das reservas de capital atingir 30% do capital social.

c) Reserva de lucros retidos

Foi constituída com base em orçamento de capital aprovado em Assembléia Geral que deliberou sobre as demonstrações financeiras de exercícios anteriores, visando, principalmente, atender à planos de expansão e re-investimento.

17. DIVIDENDOS

Perante aos resultados obtidos no exercício social de 2008, a Companhia não procedeu com a distribuição de dividendos.

O estatuto da Companhia, em seu capítulo II, artigo 10º prevê para os acionistas preferenciais das classes “A”, “B” e “C” prioridade na distribuição de um dividendo mínimo não cumulativo de 6% (seis por cento) ao ano, calculados sobre o valor resultante da divisão do capital social correspondente a cada uma das classes pela quantidade de ações respectivas de cada classe.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

- Consolidado:

	<u>2007</u>	<u>Adições</u>	<u>2008</u>
Fiscais	3	-	3
Trabalhistas	625	142	767
(-) Depósitos judiciais	<u>(185)</u>	<u>(115)</u>	<u>(300)</u>
Valor líquido	<u>443</u>	<u>27</u>	<u>470</u>
	<u>2006</u>	<u>Realizações</u>	<u>2007</u>
Fiscais	615	(612)	3
Trabalhistas	655	(30)	625
(-) Depósitos judiciais	<u>(800)</u>	<u>615</u>	<u>(185)</u>
Valor líquido	<u>470</u>	<u>(27)</u>	<u>443</u>

a) Contribuição social

Em 1994, a Companhia resgatou depósitos judiciais no montante de R\$ 855, face à decisão favorável obtida, onde foi reconhecida a inconstitucionalidade da contribuição social sobre o lucro. Assim como a Companhia, sua controlada, obteve a mesma decisão em processo semelhante, resgatando, em 1992, os seus depósitos judiciais, no montante de R\$ 405.

Por não concordar com a decisão, a União ingressou com ações rescisórias visando obter a desconstituição dos Acórdãos favoráveis à Metanor e Copenor, sendo que as mesmas foram julgadas procedentes pelo Tribunal Regional Federal. Em 1996, a Metanor e sua controlada interpuseram recurso ao Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

No caso da Metanor, o Recurso Especial foi admitido, sendo apreciado pelos Ministros do STJ, que lhe negaram seguimento, sendo interpostos Embargos de Divergência, que, inadmitidos ensejaram a interposição de Agravo Regimental, este não conhecido pelo STJ.

Vale salientar que, independentemente da decisão proferida pelo STJ, estão pendentes de análise pelo Judiciário, Recursos Extraordinários interpostos pelas Companhias, que, não tendo sido admitidos, aguardam a análise dos Agravos de Instrumento interpostos perante o STF.

A Administração da Metanor e de sua controlada, baseada na opinião de seus advogados, está convencida das reais possibilidades de êxito do processo, e decidiu, enquanto não for rescindida a decisão transitada em julgado que deu ganho de causa às companhias, por não proceder qualquer alteração em relação aos procedimentos societários e fiscais até então adotados, ou seja, não provisionar qualquer valor a partir do ano 1992 a título de contribuição social sobre o lucro.

No caso de uma eventual decisão desfavorável às Companhias que venha a exigir a citada contribuição retroativamente, os valores envolvidos até 31 de dezembro de 2008, corrigidos monetariamente, pela UFIR (até dezembro de 1995), mas sem incidência de juros e multa de mora, seriam de aproximadamente R\$ 4.522 na Metanor (R\$ 8.334 no consolidado) (em 2007, R\$ 4.400 e R\$ 7.900 no consolidado).

b) Cláusula quarta

A Companhia e sua controlada, juntamente com diversas outras empresas do Pólo Petroquímico de Camaçari, são afiliadas em ação que discute a validade da Cláusula 4ª da Convenção Coletiva de Trabalho, firmada em setembro de 1989. O dispositivo determinava que os salários dos trabalhadores, deveriam ser reajustados em 90% do índice de Preços ao Consumidor (IPC) a cada mês.

A 2ª Turma do STF concluiu o julgamento dos Embargos de Declaração, interposto pelo sindicato dos trabalhadores no processo em referência, no sentido de que a convenção coletiva não prevalece quando em confronto com a lei de política salarial.

O Sindicato dos Trabalhadores contrapôs Embargo de Divergência ao julgamento da 2ª Turma do STF, sendo iniciado o julgamento deste recurso no Plenário do STF em 28/06/2007 como o voto do relator. Em 25/10/2007 o Ministro Ricardo Lewandowski pediu vistas ao processo, depois de colhidos 3 votos de um total de 11 Ministros do Plenário do STF, suspendendo o julgamento.

Os advogados que representam as empresas, baseados nas jurisprudências existentes e nas teses desenvolvidas em parecer emitido por juristas, estão convencidos quanto às reais possibilidades de êxito. A Administração da Companhia e sua controlada, acreditando na possibilidade de recursos ainda pertinentes, considerando ainda a impossibilidade de mensuração dos valores envolvidos na ação, não procederam a nenhuma alteração em relação aos procedimentos contábeis até então adotados, ou seja, não registrou nenhuma provisão para perda sobre o desfecho desse assunto.

c) Autos de infração – ICMS e Tributos Federais

A Companhia e sua controlada, estão se defendendo de autos de infração de ICMS e notificações fiscais questionando o recolhimento de tributos federais. A Administração, baseada na opinião de seus advogados, está convencida das reais possibilidades de êxito dos processos, e decidiu não constituir provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia e sua controlada possuíam processos fiscais, cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 38.193, controladora, R\$ 66.044, consolidado (R\$ 32.595 controladora, R\$ 62.727, consolidado, em 2007) , que baseado na opinião dos advogados da Companhia as chances de êxito são consideradas como possíveis, logo nenhuma provisão foi constituídas às demonstrações financeiras.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros classificados no circulante, aproximam-se dos respectivos valores de mercado. Os instrumentos financeiros classificados no longo prazo, exceto empréstimos e financiamentos com valores aproximados aos de mercado, são itens especiais sem parâmetros de mercado (créditos contra o governo, provisões para contingências e adiantamentos para aumento de capital que não vencem encargos).

a. Risco de crédito

As políticas de vendas da Controlada estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). A Companhia e sua Controlada possuem, ainda, a provisão para devedores duvidosos no montante de R\$ 232 (R\$ 284 em 2007) representativos de 2,11% do saldo de contas a receber em aberto (1,85% em 2007).

b. Risco de taxa de câmbio

Os resultados da controlada estão suscetíveis a sofrer significativas variações, pois parte de seus passivos - empréstimos estão atrelados à volatilidade da taxa de câmbio do dólar norte-americano, que encerrou o exercício de 2008 com uma valorização frente ao real de 31,94 % (em 2007 com uma desvalorização frente ao Real de 20,72%).

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a administração tem adotado a política de contratar operações de swap conforme descrito na nota 13.b.

c. Risco de preço

Considerando-se que as exportações foram equivalentes a apenas 0,72% da Receita Bruta da Controlada no exercício de 2008 (2,88% em 2007), a eventual volatilidade da taxa de câmbio, devido sua representatividade, não representa um risco que poderá comprometer os resultados planejados pela administração.

d. Risco de taxa de juros

Os resultados da Controlada estão suscetíveis a sofrer significativas variações decorrentes das operações de financiamento e empréstimos contratados a taxa de juros flutuantes.

A Controlada tem como política a eliminação de riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A maior parte dos contratos derivativos é com operações de swap, todas registradas na BM&F e envolvendo taxas prefixadas também descritas na nota 13. b.

A controlada Copenor contraiu empréstimo em Ienes em Agosto/2007, no valor equivalente a R\$ 5.000 Mil, pela taxa cambial de R\$ 0,01694/JPY, com estruturação de hedge através de operação de swap, ficando na posição passiva em CDI + 1,29% a.a. e na posição ativa em variação do Iene + 4% a.a. Considerando-se a manutenção da taxa cambial de R\$ 0,0258/JPY (com base nas cotações do Banco Central do Brasil em 31/12/2008), a administração estima que o hedge estruturado para o empréstimo propiciará uma receita financeira de R\$ 108 comparado com a dívida em CDI. Em um cenário possível, com o iene valorizando-se 25% em relação ao real, ou seja uma taxa cambial de R\$ 0,03225/JPY, calcula-se que o hedge estruturado propiciará uma receita financeira de R\$ 197 comparado com a dívida em CDI. E em um cenário remoto, com o iene valorizando-se 50% em relação ao real, ou seja uma taxa cambial de R\$ 0,0387/JPY, calcula-se que o hedge estruturado propiciará uma receita financeira de R\$ 285 comparado com a dívida em CDI. Em qualquer situação, o hedge estruturado assegura o cálculo dos juros do empréstimo à condição de CDI + 1,29% ao ano.

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Swap	Alta do Iene	R\$ 108	R\$ 197	R\$ 285

A controlada Copenor assumiu um compromisso de venda em dólares (NDF) a partir de Outubro/08, no valor equivalente a US\$ 2.000 (02 contratos), sem entrega física, com vencimento em 90 dias pela taxa de câmbio de R\$ 2,0892/US\$ e R\$ 2,092/US\$. A liquidação é feita pelo resultado da diferença entre a Taxa a Termo contratada e o dólar médio de dezembro/08. A Companhia liquidou os contratos em 01 de dezembro de 2008 e em 02 de janeiro de 2009, gerando perdas de R\$ 177 e R\$ 302, respectivamente.

A Companhia e a controlada não aplica em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos em caráter especulativo.

20. CUSTO DE PARADAS - CONSOLIDADO

A controlada Copenor – Companhia Petroquímica do Nordeste, vem registrando seus custos fixos, inerentes ao processo produtivo, que se perdem devido à ausência de produção durante as paradas programadas, no resultado do exercício, dentro do grupo de outras despesas/receitas operacionais líquidas, no montante de R\$ 3.178 (R\$ 3.281 em 2007).

21. PLANO DE PENSÃO

A controlada Copenor patrocina plano de pensão para seus funcionários, que incluem plano de benefício definido e contribuição definida, que em 01/10/2007 passaram a ser administrados pelo IHPREV – Grupo Icatu Hartford, entidade fechada de previdência complementar, multi-patrocinada, mas de responsabilidade não solidária entre os patrocinadores. O objetivo do plano é complementar os benefícios concedidos pela Previdência Oficial, através do recebimento de contribuições individuais dos participantes (empregados das patrocinadoras) e das patrocinadoras.

Atualmente a Copenor possui 2 planos, sendo: Plano BD (Benefício Definido) com 51 (50 em 2007) participantes entre ativos e assistidos e o Plano CD (Contribuição Definida) com 130 (115 em 2007) participantes ativos.

As contribuições consolidadas, acumuladas no exercício findo em 31 de dezembro 2008 totalizaram R\$ 800 (R\$ 853, em 2007).

Conforme requerido pela deliberação CVM nº 371, que aprovou a NPC nº 26 do IBRACON - "Contabilização de Benefícios a Empregados", a Copenor avaliou atuarialmente, através de Atuário Independente, em 31 de dezembro de 2008, o Plano de Benefício Previdenciário da Previnor, referente ao plano por ela patrocinado. Os resultados desta avaliação, que foram apurados por Atuário Independente que emitiu seus estudos atuariais cuja data base é de 1 de dezembro de 2008, utilizando-se do método da unidade de crédito projetada, estão assim detalhados:

<i>Ativo/Passivo atuarial da controlada</i>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Valor presente da obrigação atuarial	(7.756)	(7.060)
Valor justo dos ativos do plano	<u>10.515</u>	<u>9.672</u>
Ativo atuarial (empregados e patrocinadora)	<u>2.174</u>	<u>1.724</u>
Ativo atuarial (parcela da patrocinadora)	<u>2.174</u>	<u>1.724</u>

Segundo o relatório do Atuário, foi apurado ganhos atuariais no montante R\$ 589 (R\$ 888 em 2007) e não foi apurado custo do serviço passado para o plano de benefício definido patrocinado pela Companhia.

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são conforme segue:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
	%	%
Taxa de desconto	10,75	10,00
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	10,75	12,00
Aumentos salariais futuros	5,55	5,55
Aumentos futuros de benefícios	4,50	4,50
Parcela de funcionários optando por aposentadoria precoce	100,00	100,00

Os valores justos dos ativos dos planos foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício.

A controlada Copenor não contabilizou o ativo atuarial em 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.174 (R\$ 1.724 em 31 de dezembro de 2007), pelo fato da legislação atual estabelecer que somente na existência de superávit por 3 anos seguidos do plano de pensão e tendo este superávit atingindo 25% das reservas matemáticas (obrigações) do plano, ocorrerá uma redução das contribuições futuras ou aumento dos benefícios do plano. O reembolso das contribuições anteriormente recolhidas não é permitido pela legislação e estatuto do plano de pensão.

22. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia e controlada está demonstrado a seguir:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>
Riscos nomeados	31/05/09	162.185
Responsabilidade civil geral	30/01/09	11.500
Responsabilidade civil de diretores, conselheiros e administradores	07/02/09	2.000
Veículos	31/10/09	150 (RCFV) por veículo

Os seguros da Companhia e controlada são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes. A administração da Companhia, entende que os montantes segurados são suficientes para cobrir possíveis perdas.

Riscos nomeados (imóveis próprios, maquinários e almoxarifados) – cobertura securitária contra incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza.

Responsabilidade civil geral – cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia e Controlada.

Veículos – coberturas básicas de responsabilidade civil facultativa de veículos, e acidentes

pessoais coletivos; e coberturas adicionais de quebra de vidros, assistência 24 horas e carro reserva por sete dias em caso de sinistro ou roubo.

23. HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES E DIRETORES

A Controlada registra até 31 de dezembro 2008 R\$ 1.586 (2007, R\$ 1.383) de despesas com honorários dos administradores.

24. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Consolidado	
	<u>31/12/2008</u>	<u>31/12/2007</u>
Provisão para perda de ativo imobilizado e diferido	-	(9.863)
Provisão para perda de almoxarifado	-	(827)
Ociosidade	(3.178)	(3.280)
Outras receitas (despesas)	185	1.194
Total	<u>(2.993)</u>	<u>(12.776)</u>
